



DIVISÃO LEGISLATIVA

Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

488º da Fundação do Povoado e
72º de Emancipação Político-Administrativa

PAUTA PARA A 11ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO DIA 08 DE JUNHO DE 2021.

ORDEM DO DIA

- 1º PROC. Nº 224/2021**
ESPÉCIE: PROJETO DE LEI Nº 24/2021
AUTORIA: PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO: PERMITE AO LAR FRATERNAL DE CUBATÃO O USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE BEM IMÓVEL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
DATA: 24 DE MARÇO DE 2021.
OBS.: 1ª DISCUSSÃO
- 2º PROC. Nº 27/2021**
ESPÉCIE: PROJETO DE LEI Nº 09/2021
AUTORIA: RODRIGO RAMOS SOARES
ASSUNTO: INSTITUI O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO EM SAÚDE BUCAL NO MUNICÍPIO DE CUBATÃO (PREVEN-TÃO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
DATA: 05 DE JANEIRO DE 2021.
OBS.: 1ª DISCUSSÃO

Divisão Legislativa, 07 de junho de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO
ESTADO DE SÃO PAULO

fls. 028

PROJETO DE LEI

GERAL	PART.	CLASSE	FUNC.
224 2021	24 2021	05	28

PERMITE AO LAR FRATERO DE CUBATÃO O USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE BEM IMÓVEL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica permitido ao LAR FRATERO DE CUBATÃO, a título precário, o uso de bem do patrimônio público municipal, fazendo-o em obediência às disposições que constam em termo próprio que integram a presente Lei.

Art. 2º O termo a que se refere a parte final do artigo anterior designará o bem, especificando-o convenientemente e fixará o prazo da permissão.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

EM 18 DE MARÇO DE 2021

**“488º da Fundação do Povoado
72º da Emancipação”**

ADEMÁRIO DA SILVA OLIVEIRA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

Js.038

TERMO DE PERMISSÃO DE USO

Nº /2021

Pelo presente termo e em obediência às disposições constantes da Lei nº _____, de ____ de _____ de 2021, o **MUNICÍPIO DE CUBATÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Praça dos Emancipadores s/nº, Paço Municipal, na Cidade de Cubatão, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, **ADEMÁRIO DA SILVA OLIVEIRA**, doravante designado apenas **PERMITENTE**, e ao **“LAR FRATERNAL DE CUBATÃO”**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, portadora do CNPJ nº 51.642.759/0001-09, com sede na Avenida Joaquim Miguel Couto, nº 1130, Bairro: Vila Paulista, Cidade de Cubatão, Estado de São Paulo, neste ato representada por Presidente, Sr. Edson Joaquim de Freitas, brasileiro, portador(a) da Carteira de Identidade RG nº 15.292.487 SSP/SP, devidamente inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 039.619.088-4, doravante designado **PERMISSIONÁRIO**, tendo em vista o que consta do processo nº 11997/2014, firmam o presente Termo, pelo qual o **PERMITENTE** autoriza o **PERMISSIONÁRIO** usar o próprio Municipal abaixo descrito, sob as cláusulas e condições que seguem:

Cláusula 1ª - O bem objeto da presente permissão consiste em um imóvel situado na Av. Joaquim Miguel Couto n. 1130 – Vila Paulista - Cubatão, a seguir descrito:

“Lote de terreno sob o n. 01, da quadra “D”, do loteamento denominado Jardim Nossa Senhora de Fátima, resultante do desmembramento do antigo lote 1, através do processo de n. 7213/73, situado à Av. Joaquim Miguel Couto, emplacado sob o n. 1130 distante 14,90 metros do ponto de intersecção dos prolongamentos dos alinhamentos de testada da esquina com a Rua Tamoyo, medindo 21,10 metros de frente e 17,50 metros de fundos, por 30,95 metros do lado direito e 30,00 metros do lado esquerdo, perfazendo uma área de 579,00m² (quinhentos e setenta e nove metros quadrados), confrontando à direita com o lote 02 e Córrego das Corujas, à esquerda com o lote 04 e aos fundos com o lote 03, todos da mesma quadra e loteamento. O lote encontra-se totalmente murado, com construção em alvenaria de aproximadamente 166,00m² e com cotas de nível de piso acima do meio-fio à frente.”

Cláusula 2ª - Correrão às expensas do **PERMISSIONÁRIO** o pagamento de todos os tributos municipais, contas de água, energia elétrica, telefone e demais encargos que incidam ou possam incidir sobre o imóvel.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO
ESTADO DE SÃO PAULO

fls. 042

Cláusula 3ª - A presente Permissão de uso se destina exclusivamente às atividades do **PERMISSIONÁRIO**, constante em seu estatuto social, sendo vedada sua transferência a terceiros, bem assim a modificação de sua destinação.

Cláusula 4ª - A presente Permissão de uso é concedida a título precário e gratuito, pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, devendo o **PERMISSIONÁRIO** devolver ao **PERMITENTE** o bem objeto deste instrumento ao final do prazo, independente de notificação, nas mesmas condições em que foram recebidos, não cabendo ao **PERMISSIONÁRIO** direito a qualquer indenização ou retenção pelas obras e pelas benfeitorias que venham a executar, sejam elas necessárias, úteis ou voluptuárias, as quais se incorporarão ao imóvel.

Cláusula 5ª - O **PERMISSIONÁRIO** obriga-se a manter o bem em perfeitas condições de funcionamento e em estado de conservação, obrigando-se, por isso, a proceder, anualmente, os serviços de reparos e pintura do próprio.

Cláusula 6ª - A presente permissão não poderá ser cedida ou transferida, no todo ou em parte, a terceiros, salvo com o consentimento expresso e por escrito do **PERMITENTE**, sendo vedada a modificação de sua destinação.

Cláusula 7ª - O **PERMISSIONÁRIO** se compromete ainda a:

- a) atender a todas as exigências dos órgãos públicos, inclusive no que toca ao horário de funcionamento, e manter a sua exclusiva custas o local sempre limpo;
- b) pagar quaisquer multas que venham a lhes ser aplicadas por autoridades, resultantes de infração de leis, regulamentos ou posturas as quais tenha dado causa;
- c) não promover o funcionamento de aparelhos radiofônicos, alto falantes ou congêneres que perturbem a tranquilidade do público, bem como não permitir algazarras, distúrbios, etc;
- d) ser o único responsável por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, representantes, público e terceiros quando nas dependências do imóvel objeto da permissão, bem como pelo cumprimento das demais leis sociais, da previdência, seguros em geral, etc., não podendo, em caso algum, o **PERMITENTE** ser responsabilizada por prejuízos que o **PERMISSIONÁRIO** ou terceiros possam sofrer em razão de acidente que ocorrerem em virtude do presente Termo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO
ESTADO DE SÃO PAULO

fls. 052

- e) efetuar a sua custa, porém em nome do **PERMITENTE**, o seguro contra risco de incêndio e destruição parcial ou total do imóvel objeto da presente permissão, por importância nunca inferior ao valor da sua avaliação, que ficará a cargo do **PERMISSIONÁRIO**, que poderá ser revisto anualmente, antes da data do seu vencimento;
- e.1) a não confecção do seguro implicará na responsabilidade civil e criminal do **PERMISSIONÁRIO**, por qualquer sinistro de incêndio que houver no imóvel, ou se o valor objeto da apólice não for suficiente para ressarcir a reconstrução das benfeitorias, tornar-se-á o **PERMISSIONÁRIO** responsável pelo pagamento da diferença apurada.
- f) arcar com o pagamento de todas as despesas de água, luz e outras decorrentes da manutenção do imóvel.

Cláusula 8ª - O **PERMISSIONÁRIO**, por seu representante legal, declara, para todos os fins e efeitos legais que recebeu o bem em perfeitas condições de uso, comprometendo-se, outrossim, a devolvê-lo, ao **PERMITENTE**, nas mesmas condições em que os recebeu.

E, por estarem de acordo, firmam o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que surta todos os fins e efeitos de direito.

Cubatão, de de 2021.

ADEMÁRIO DA SILVA OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EDSON JOAQUIM DE FREITAS
P/ Permissionário



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO
ESTADO DE SÃO PAULO

fls. 062

MENSAGEM EXPLICATIVA

Excelentíssimo Sr. Presidente,

Nobres Vereadores,

Temos a honra de encaminhar à deliberação desta Egrégia Câmara Municipal o Projeto de Lei que **"PERMITE AO LAR FRATERNAL DE CUBATÃO O USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE BEM IMÓVEL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

A Permissão de Uso do próprio municipal, objeto do presente Projeto de Lei, tem por finalidade permitir ao LAR FRATERNAL DE CUBATÃO, o uso do imóvel próprio municipal para a continuidade dos serviços assistenciais desenvolvidos pela Entidade, tais como ações e atividades de atendimento e promoção na área da assistência social, voltadas ao abrigo de pessoas idosas de ambos os sexos.

Pela singela e clara colocação dos seus termos, temos a convicção de que os ilustres integrantes desse Legislativo não terão qualquer dificuldade para promover a aprovação do projeto explicativos na presente mensagem.

Assim, tratando-se de Projeto de Lei de suma importância, solicitamos seja apreciado em regime de urgência, nos termos do que dispõe o artigo 54 da Lei Orgânica Municipal.

Cubatão, 18 de março de 2021.


ADEMÁRIO DA SILVA OLIVEIRA
Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

"488º da Fundação do Povoado e
72º de Emancipação Político-Administrativa"

20
7
0

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO N° 224/2021.
PL N°: 24/2021.
AUTORIA: ADEMÁRIO DA SILVA OLIVEIRA - PREFEITO.
ASSUNTO: "PERMITE AO LAR FRATERNAL DE CUBATÃO O
USO, À TÍTULO PRECÁRIO, DE BEM IMÓVEL
DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS."
DATA: 24 DE MARÇO DE 2021.

PARECER

É de autoria do Excelentíssimo Senhor
Prefeito Municipal, Projeto de Lei que **"PERMITE AO
LAR FRATERNAL DE CUBATÃO O USO, À TÍTULO PRECÁRIO, DE
BEM IMÓVEL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

As Comissões de Justiça e Redação e de
Finanças e Orçamento, usando a prerrogativa prevista
no art. 49 do Regimento Interno, passam a exarar
Parecer em Conjunto sobre a matéria.

Às fls. 09/12, encontra-se o Parecer da
Douta Assessoria da Casa opinando pela
constitucionalidade e pela legalidade do projeto.
Ressalva, contudo, a inexistência de comprovação de
que o bem imóvel objeto da permissão integra o
patrimônio público municipal.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

“488º da Fundação do Povoado e
72º de Emancipação Político-Administrativa”

21
7
0

Instado a se manifestar sobre a comprovação de propriedade e/ou posse legítima do bem imóvel especificado, nos termos do artigo 45 do Regimento Interno, por meio de competente Ofício ao Prefeito Municipal, o representante do Poder Executivo apresentou documento, juntado às fls.19, que evidencia a titularidade do mesmo.

Assim, foram satisfeitas as exigências legais e de cautela para a discussão presente.

CONCLUSÃO

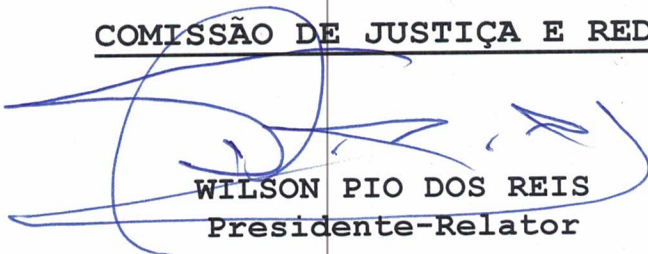
Considerando as informações constantes nos autos do processo, nos aspectos que cabem a estas Comissões a análise, o técnico, o jurídico, legal, financeiro e orçamentário, **não se vislumbra óbice à normal tramitação da matéria.**

Quanto ao mérito, cabe ao Douto Plenário decidir a conveniência e oportunidade de sua aprovação.

Salvo melhor juízo, é este o nosso Parecer.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2021.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO


WILSON PIO DOS REIS
Presidente-Relator




Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo


“488º da Fundação do Povoado e
72º de Emancipação Político-Administrativa”

22
7
0


MARCOS ROBERTO SILVA
Vice-Presidente


MARIA JAQUELINE DA SILVA
Membro

COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS


MARIA JAQUELINE DA SILVA
Presidente


SÉRGIO AUGUSTO DE SANTANA
Membro


JOEMERSON ALVES DE SOUZA
Membro



GERAL	PART.	CLASSE	FUNC.
27 2021	09 2021	1	Adunato

PROJETO DE LEI Nº 09/21

CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO

RECEBIDO

AS 10:41 H.S. 05 DE 01 DE 21

POR: Catourço

PROTOCOLO

“INSTITUI O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO EM SAÚDE BUCAL NO MUNICÍPIO DE CUBATÃO (PREVEN-TÃO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Educação e Prevenção em Saúde Bucal no Município de Cubatão (PREVEN-TÃO), com o objetivo de promover junto as escolas e comunidade, atividades preventivas que proporcionem resguardo e manutenção da saúde bucal, através de ações teóricas e práticas, constantes e presenciais, pactuadas com as diretrizes básicas em saúde bucal para o SUS, com parcerias com universidades, empresas privadas, organizações da sociedade civil ou por equipes profissionais especializadas em saúde bucal.

Parágrafo único. As parcerias descritas no “caput” serão realizadas após autorização do Poder Executivo Municipal, através do termo de compromisso.

Art. 2º - O PREVEN-TÃO será organizado pela Secretaria Municipal de Saúde, através do Serviço de Especialidades Odontológicas (SEO).

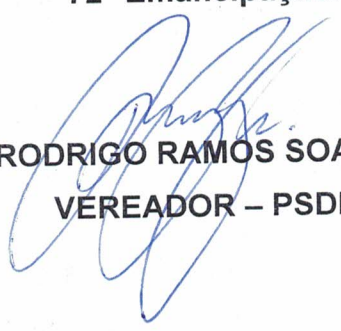
Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala D. Helena Meletti Cunha, em 04 de janeiro de 2021.

488º Fundação do Povoado.

72º Emancipação.


RODRIGO RAMOS SOARES
VEREADOR – PSDB



JUSTIFICATIVA

O presente projeto tem por base o Programa de Educação e Prevenção em Saúde Bucal, instituído pelo Decreto Municipal nº 7.613 de 25 de setembro de 1997, cujo objetivo é promover a prevenção junto aos escolares e baixar os índices epidemiológicos da cárie dentária e doenças periodontais.

O referido Programa estima ter realizado mais de 350 (trezentos e cinquenta) mil atendimentos ao longo de mais de 22 (vinte e dois) anos de história, entre visitas, tratamentos e encaminhamentos.

Considerando que não foi instituído por Lei e sim por Decreto Municipal, necessário se faz este Projeto de Lei, a fim de instituir em nosso município um programa de educação e prevenção em saúde bucal, com o intuito de tornar permanente essa importante demanda na sociedade, definindo-a como políticas públicas, visando cada vez mais seu aperfeiçoamento.

Trata-se de proposta que visa promover junto as escolas e comunidade, atividades preventivas que proporcionem resguardo e manutenção da saúde bucal, através de ações teóricas e práticas, constantes e presenciais, pactuadas com as diretrizes básicas em saúde bucal para o SUS, com parcerias com universidades, empresas privadas, organizações da sociedade civil ou por equipes profissionais especializadas em saúde bucal.

A prevenção de saúde bucal é de extrema importância, tendo em vista a baixa dos índices epidemiológicos da cárie dentária e das doenças gengivais, entre outros.

O diagnóstico precoce de doenças sistêmicas e os cuidados com as estruturas da boca, em geral, podem evitar eventuais doenças, consequentemente trazer maior qualidade de vida aos munícipes e indiretamente reduzir gastos a cidade de Cubatão.



Neste sentido, a presente proposição visa garantir o acesso à informação e saúde, também garantidos constitucionalmente e, por conseguinte, a possibilidade de exercitar a cidadania.

Desta forma, entendo perfeitamente viável e de interesse público a apresentação do presente projeto.

Sala D. Helena Meletti Cunha, em 04 de janeiro de 2021.

488º Fundação do Povoado

72º Emancipação


RODRIGO RAMOS SOARES
VEREADOR – PSDB



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

488º da Fundação do Povoado e
72º de Emancipação Político Administrativa

PARECER CONJUNTO

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

COMISSÃO DE SAÚDE

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Processo Administrativo nº27/2021

PL nº09/2021

Autor: Rodrigo Ramos Soares - Vereador

Data: 05 de janeiro de 2021

Trata-se de projeto de lei que **"institui o programa de educação e prevenção em saúde bucal no município de Cubatão, e dá outras providências"**, de autoria do nobre edil Rodrigo Ramos Soares, que busca **"promover atividades preventivas que proporcionem resguardo e manutenção da saúde bucal, através de ações teóricas e práticas, constantes e presenciais, pactuadas com as diretrizes básicas em saúde bucal para o SUS, com parcerias com universidades, empresas privadas, organizações da sociedade civil ou equipes especializadas em saúde bucal"**.

De acordo com a Constituição Federal, podem legislar concorrentemente sobre a proteção e a defesa da saúde a União, os Estados, Distrito Federal e também o Município, para suplementar a legislação federal e estadual, dentro dos limites do predomínio interesse local (arts. 24, inciso XII c/c art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal).

Também o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal determina que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cuidar da saúde e assistência pública.

Há que ressaltar, ademais, a previsão contida na Lei Orgânica da atribuição do Município de garantir o direito



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

488º da Fundação do Povoado e
72º de Emancipação Político Administrativa

à saúde mediante políticas que visem ao bem estar físico, mental e social do indivíduo e da coletividade, condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer, e o respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental.

A função legislativa é atribuída, de forma típica, ao Poder Legislativo, o que pressupõe que ao órgão parlamentar deva ser dada a possibilidade de iniciar o processo legislativo, **EXCETO** quando haja expressa previsão em sentido contrário na própria Constituição ou Lei Orgânica.

A Lei Orgânica do Município, em seu artigo 50, estabelece que

Art. 50. Compete, privativamente, ao Prefeito a iniciativa dos Projetos de Lei que disponham sobre:

I - criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, indireta, autárquica e fundacional;

II - fixação ou aumento de remuneração dos servidores;

III - regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores;

IV - organização administrativa, matéria tributária e, orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

V - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal;

VI - o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais.

Desta forma, por consequência lógica, pode-se afirmar que as hipóteses de iniciativa exclusiva previstas na legislações acima indicadas formam rol



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

488º da Fundação do Povoado e
72º de Emancipação Político Administrativa

taxativo, configurando, pois, exceção e, como tal, devem ser interpretadas de forma restritiva¹.

Nesse sentido, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº724/RS, relatado pelo Ministro Celso de Mello, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que

"a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca."

Nessa esteira, importante destacar o posicionamento do eminente Ministro Carlos Ayres Britto em alguns julgados que versaram sobre matéria semelhante, tal qual as ADI nº3.178/AP, ADI nº2.417/SP, ao esmiuçar a análise do STF sobre a reserva de iniciativa na proposição de projetos de lei que criem atribuições aos órgãos do Poder Executivo.

Os votos apresentados durante o julgamento das ações a que diziam respeito evidenciaram relevante mudança na orientação daquela Corte, agora com "marcada tendência a não interpretar ampliativamente as regras de reserva de iniciativa, sob pena de se esvaziar a atividade legislativa(...)"².

Assim, o entendimento desta Comissão vai ao encontro dos julgados emanados pela Corte Superior, abaixo indicados

¹ MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2006

² CAVALCANTE FILHO, João Trindade. *Limites da Iniciativa Parlamentar sobre Políticas Públicas: Uma proposta de releitura do art. 61, §1º, II, e, da Constituição Federal*. In *Texto Para Discussão 122, Núcleo de Estudos e Pesquisas, Senado Federal*, 2013



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

488º da Fundação do Povoado e
72º de Emancipação Político Administrativa

Processo legislativo dos Estados-membros: absorção compulsória das linhas básicas do modelo constitucional federal entre elas, as decorrentes das normas de reserva de iniciativa das leis, dada a implicação com o princípio fundamental da separação e independência dos poderes: jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal. [ADI 637, rel. min. Sepúlveda Pertence, j. 25-8-2004, P, DJ de 1º-10-2004.]

Não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa só poderá ser proposto pelo chefe do Executivo. As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no art. 61 da Constituição do Brasil - matérias relativas ao funcionamento da administração pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo. Precedentes. [ADI 3.394, rel. min. Eros Grau, j. 2-4-2007, P, DJE de 15-8-2008.]

Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a administração pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

488º da Fundação do Povoado e
72º de Emancipação Político Administrativa

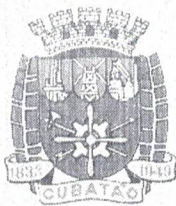
[ARE 878.911 RG, rel. min. Gilmar Mendes, j. 29-9-2016, P, DJE de 11-10-2016, Tema 917.]

A criação, por lei de iniciativa parlamentar, de programa municipal a ser desenvolvido em logradouros públicos não invade esfera de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo. [RE 290.549 AgR, rel. min. Dias Toffoli, j. 28-2-2012, 1ª T, DJE de 29-3-2012.]

Na lição de Maria Paula Dallari Bucci (2006), pode-se afirmar que políticas públicas são programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados

A partir dessa definição, é possível notar que a criação de uma política pública não se resume à instituição de um novo órgão, e até não pressupõe essa providência. Ao contrário, a formulação de uma política pública consiste mais em estabelecer uma conexão entre as atribuições de órgãos já existentes, de modo a efetivar um direito social.

Dessa maneira, quando se diz que a formulação de políticas públicas é atividade prioritariamente atribuída ao Legislativo, não se está conferindo ao legislador a tarefa de necessariamente criar novos órgãos, mas principalmente de criar programas para racionalizar a atuação governamental e assegurar a



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

488º da Fundação do Povoado e
72º de Emancipação Político Administrativa

realização de direitos constitucionalmente assegurados.

Tanto é assim que a Constituição Federal, nos termos de seu artigo 5º, §1º, prevê que as "normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata" e ao legislador não é limitado, apenas, o papel de validar propostas do Poder Executivo, mas o dever de desenvolver legislativamente a fim de que sejam criadas condições favoráveis ao exercício destes direitos.

Na lição de José Afonso da Silva³, pode-se perfeitamente falar em um dever-poder de formular políticas públicas para a efetivação de direitos sociais.

Quando aplicada essa afirmação genérica ao caso específico dos direitos fundamentais sociais, cuja efetivação se dá por meio de políticas públicas, chega-se à conclusão de que o legislador tem não só a possibilidade, como até mesmo a obrigação de formular políticas governamentais que promovam tais direitos.

CONCLUSÃO

O projeto pode prosperar, de forma a garantir resposta adequada, necessária e proporcional por parte do Poder Público Municipal, eis que de acordo com o ordenamento jurídico e dentro dos limites do predominante interesse local.

Quanto ao mérito, cabe ao Douto Plenário decidir a conveniência e oportunidade de sua aprovação.

³ SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2006.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

488º da Fundação do Povoado e
72º de Emancipação Político Administrativa

Salvo melhor juízo, é este o nosso Parecer.

Sala das Comissões, 07 de abril de 2021.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO


WILSON PIO DOS REIS
Presidente-Relator


MARCOS ROBERTO SILVA
Vice-Presidente


MARIA JAQUELINE DA SILVA
Membro

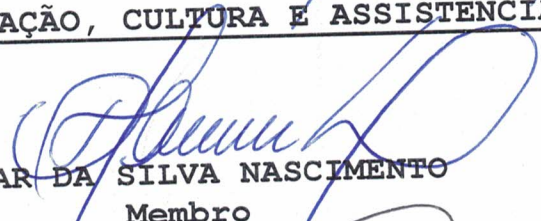
COMISSÃO DE SAÚDE


RONIELE MARTINS DA SILVA
Presidente


MARCOS ROBERTO SILVA
Vice-Presidente

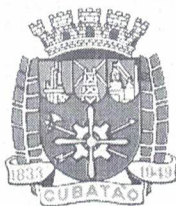

CESAR DA SILVA NASCIMENTO
Membro

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ASSISTÊNCIA SOCIAL


CESAR DA SILVA NASCIMENTO
Membro


JOEMERSON ALVES DE SOUZA
Vice-Presidente


RAFAEL DE SOUZA VILAR
Membro



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

488º da Fundação do Povoado e
72º de Emancipação Político Administrativa

18
7